

REVISTA DE CULTURA
VOZES

EM DEZ ANOS
NÚMEROS QUE ATESTAM
A SUA IMPORTÂNCIA
TEÓRICA, CRÍTICA E PRÁTICA

Vanguarda brasileira: caminhos & situações (jan.-fev. 1970)

Deus e o diabo na literatura de cordel (setembro 1970)

O mundo dos super-heróis (maio 1971)

Literatura hispano-americana contemporânea (setembro 1971)

Análise das linguagens epistemológicas (maio 1972)

Ficção científica: o discurso da era tecnológica (jun.-julho 1972)

Tempo e utopia (jan.-fev. 1973)

Dimensões da Antropologia (março 1973)

O riso e o cômico (jan.-fev. 1974)

Religiosidade popular no Brasil (setembro 1974)

Estudos sobre a problemática do texto (abril 1975)

Política indigenista no Brasil (abril 1976)

Consciência de classe e consciência possível (outubro 1976)

Perspectivas da economia brasileira (jun.-julho 1977)

Sincretismo religioso (setembro 1977)

A justiça na História & outros temas (dezembro 1977)

O poema/processo e as linguagens experimentais (jan.-fev. 1978)

Cinema brasileiro (agosto 1978)

O negro e a abolição (abril 1979)

Arte e política (setembro 1979)

Questões em torno da arte latino-americana (novembro 1979)

Agostinho Neto & outros temas (dezembro 1979)

REVISTA DE CULTURA
VOZES



GEOGRAFIA e SOCIEDADE

OS NOVOS RUMOS
DO PENSAMENTO
GEOGRÁFICO



ROBERTO LOBATO CORREA
ARIOVALDO
UMBELINO DE OLIVEIRA
RUY MOREIRA
JOÃO MARIANO DE OLIVEIRA
MILTON SANTOS



SOCIEDADE E
ESPAÇO:
A FORMAÇÃO SOCIAL
COMO TEORIA E
COMO MÉTODO

PARA UMA TIPOLOGIA
DA MARGINALIDADE

DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO E
URBANIZAÇÃO EM
PAÍSES
SUBDESENVOLVIDOS.

ESTE E OUTROS TEMAS EM

ESPAÇO E SOCIEDADE

de MILTON SANTOS

*o papel político da nova
geografia: o espaço é visto, aqui,
como um processo social em
permanente evolução dentro do
âmbito da formação econômica
e social a que normalmente se
denomina nação.*

*uma análise dos fenômenos
ligados ao espaço, enquanto
processo social que se desdobra
dentro de formações sociais
específicas.*



ATENDEMOS PELO
REEMBOLSO POSTAL

SUMÁRIO

DA "NOVA GEOGRAFIA" À "GEOGRAFIA NOVA"

Roberto Lobato Corrêa
PÁGINA 5

É POSSÍVEL UMA "GEOGRAFIA LIBERTADORA"?

Ariovaldo Umbelino de Oliveira
PÁGINA 13

GEOGRAFIA E "PRÁXIS"

Ruy Moreira
PÁGINA 19

REVENDO CRITICAMENTE A GEOGRAFIA

João Mariano de Oliveira
PÁGINA 31

REFORMULANDO A SOCIEDADE E O ESPAÇO

Milton Santos
PÁGINA 37

TEXTOS

BIBLIOGRAFIA SOBRE GEOGRAFIA
Espaço-CEG
PÁGINA 49

IDEIAS & FATOS

SOBRE GEOGRAFIA NOVA / Milton Santos, 54
APOCALYPSE NOW / João Lanari, 56
QUEM TEM MEDO DE GLAUBER ROCHA / N. Ferreira, 58
UMA CRÔNICA SOBRE AÇÃO E PENSAMENTO / J. Rodrigues, 59
A VERDADEIRA IDENTIDADE DO AFRICANO / João Paulo II, 61

LIVROS, NOVIDADES E REVISTAS, 65



REVISTA DE CULTURA

VOZES

ANO 74 □ VOLUME LXXIV □ MAIO 1980 □ Nº 4

REVISTA DE CULTURA
VOZES

10 VEZES POR ANO
Fundada em 1907

Redação e Administração: Rua Frei Luis, 100
Caixa Postal 23 - Tel.: 43-5112

Redator: Clarêncio Neotti
Secretário de Redação: Moacyr Cirne
Editor de arte: Mário Pontes

Filiais:

20.031 Rio de Janeiro: Centro:
Rua Senador Dantas, 118-I - Tel.: 220-6445

21.350 Rio de Janeiro: Madureira:
Rua Carvalho de Souza, 152 - Tel.: 359-3661

01.006 São Paulo: Rua Senador Feijó, 158 e 168
Tels.: 32-6890 - 36-2288 e 36-2064

01.414 São Paulo: Rua Hadock Lobo, 360
Tels.: 256-0611 e 256-0361

12.900 Bragança Paulista:
Av. Miguel Cocicov, s/n - Tel.: 433-3675

30.000 Belo Horizonte: Rua Tupis, 85 - Loja 10
Tels.: 222-4152 e 226-0665

90.000 Porto Alegre:
Rua Riachuelo, 1280 - Tel.: 25-1172

70.730 Brasília
CLR/Norte - Q. 704 - Bloco A - N° 15 - Tel.: 223-2436

50.000 Recife: Rua Conselheiro Portela, 354
(Espinheiro) - Tel.: 222-6991

50.000 Recife: Rua da Concórdia, 167 - Tel.: 224-3924

80.000 Curitiba: Rua Alferes Póli, 52 - Tel.: 233-1392

Representante:

60.000 Fortaleza:
Ceará Ciência e Cultura Ltda.
Rua Edgar Borges, 89 - Tel.: 26-7904

Preço da assinatura de 1980
simples: Cr\$ 550,00

aéreo: Cr\$ 700,00

Exterior: US\$ 28

Preço deste número: Cr\$ 70,00
EDITORA VOZES LTDA.

DO REDATOR

Durante muito tempo a Geografia esteve prisioneira dos meios acadêmicos e dos livros didáticos, das universidades e instituições de pesquisas oficiais, e dos seus periódicos. Afastada das lutas sociais que explodiram por toda a parte nos últimos anos, hoje parodia o poeta João Cabral de Mello Netto "saltando pr'a dentro da vida".

De repente, ouviu-se o burburinho dos que perceberam a crise e começaram a pensar nova forma e novo modo de produzir.

Reconhecendo que chega um pouco tarde, a Geografia toma para si os temas para os quais as demais ciências já trouxeram sua resposta; descobre sua incômoda defasagem, sinônimo da alienação a que foi deixada por gerações de geógrafos, professores e estudantes; busca na raiz da sociedade a sua própria raiz; localiza nas lutas sociais das classes e frações de classes de vanguarda sua real aliança; emerge de sua própria profundidade munida das armas da crítica. Como os exilados que voltam, serve-se dos protestos e dos manifestos, penetrando por caminhos de antemão condenados pela ortodoxia.

Reagindo contra seu entorpecimento frente à realidade das classes que lutam por terra e trabalho, descobre que nunca esteve ausente delas, mas perfilando "do outro lado".

Que Geografia é esta que "se desgarrar" de sua ortodoxia, conservada a ar refrigerado (congelada, diria Foucault), para insinuar-se por periódicos "profanos", fundir-se aos movimentos sociais das ruas e dos campos, e propor um basta ao monopólio da linguagem social pela História e pela Sociologia?

Nossos Leitores têm aqui alguns fragmentos dela. Na esperança de que encontrem nos textos, nas resenhas, na bibliografia comentada que preparamos, material de reflexão para se pensar um novo modo de fazer a sociedade e uma nova maneira de a Geografia contribuir para isso.

Este número da VOZES foi coordenado pelo professor Ruy Moreira que comparece também com um dos trabalhos, com a colaboração do



COLABORADORES

Roberto Lobato Azevedo Corrêa. Mestre em Geografia, dedicando-se à pesquisa e ao ensino universitário da geografia. É autor de vários artigos, destacando-se aqueles de Geografia urbana.

Ariovaldo Umbelino de Oliveira. Doutor em geografia pela USP onde defendeu em 1979 sua tese "Contribuição ao Estudo da Geografia Agrária: Crítica ao 'Estado Isolado' de von Thünen". Atualmente é professor de Geografia na UNESP — Campus de Rio Claro e membro da diretoria da AGB-SP. Tem trabalhos publicados pelo Boletim Paulista de Geografia, da AGB-SP, e pelo IPT.

Ruy Moreira. Professor de Geografia na PUC-Rio e na Faculdade Notre Dame. Tem publicado o texto "A Geografia serve para desvendar máscaras sociais" (Revista Encontros com a Civilização Brasileira n. 16, 1979) e o texto "Espaço Agrário e Classes Sociais Rurais na Sociedade Brasileira" (Revista Vozes, março de 1980).

João Mariano de Oliveira. Geógrafo do NDIMR-FUPMT (Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional — Fundação Universidade Federal de Mato Grosso) e professor de Geografia na cadeira de geo-história do curso de história da FUPMT. Tem em preparo a tese de mestrado em Geografia pela USP: "Amazônia Mato-Grossense: conflitos em um espaço em processo de invasão".

Milton Santos. Doutor em Geografia pela Universidade de Strasbourg (1958) e pela Universidade da Bahia (1960). Professor de Geografia nas universidades da Bahia, Toulouse, Bordeaux, Paris, Caracas, Mérida, Lima, Dar-es-Salaam, Toronto, Colúmbia e Nova Iorque, e professor-visitante nas de Dakar, Mérida (Colúmbia), Campinas, Rio de Janeiro, Londres e Túnis. É autor de cerca de 25 livros publicados em português, espanhol, francês e inglês. É atualmente professor-visitante de pós-graduação em Geografia na UPRJ.

NO PRÓXIMO NÚMERO

O projeto eclesial de João Paulo II
Leonardo Boff

Brasil: o conceito de poder
na Escola Superior de Guerra
Mike Burgess e Daniel Wolfstein

Razões das corridas às terras
Moisés Vinhas

Redistribuir a renda é optar pelos pobres?
Herman Vos e Jacques Vervier

Justiça, onde estás que não respondes?
(documentos)

ROBERTO LOBATO CORRÊA

DA "NOVA GEOGRAFIA"
À "GEOGRAFIA NOVA"

A década de 1970 foi marcada, em vários países, e no campo da Geografia, pela emergência paulatina de uma "Geografia Nova", ao mesmo tempo que a importância e prestígio, em alguns casos domínio, do que se denominou "Nova Geografia", começava a ser contestado e mesmo a declinar. Esta tendência deve se estender pela década de 1980, afirmando uma Geografia calcada em outra visão do mundo e metodologia, sem, contudo, apagar a "Nova Geografia". Este artigo tem como propósito, de um lado, analisar a emergência, as características e os efeitos da difusão e adoção da "Nova Geografia"; de outro, procura-se apresentar a sua crise e a emergência da "Geografia Nova".

1. A "NOVA GEOGRAFIA"

A década de 1950 viu uma "revolução" no campo da Geografia até então

caracterizada, de um lado, pela abordagem regional, e, de outro, pela abordagem ecológica. A primeira considera as inter-relações de fenômenos naturais e sociais sobre uma unidade territorial, privilegiando as diferenças produzidas por essas inter-relações. A segunda procura ver as relações entre o homem e a natureza, e cada uma dessas abordagens comporta nuances, havendo mesmo combinações de ambas. Richard Hartshorne e Carl Sauer, nos Estados Unidos, foram, durante a década de 1940, os líderes dessas duas visões alternativas da Geografia, enquanto na França a ciência geográfica era dominada pelo esquema de Paul Vidal de la Blache, de cunho regional e ecológico.

As raízes imediatas das novas idéias em Geografia encontram-se no descontentamento de alguns professores e alunos de pós-graduação em relação ao caráter idiográfico que dominava a Geografia, uma "ciência com

essa síntese mais propriamente um aglutinado de idéias, feito de modo artificial para caracterizar superficialmente o espaço, dando-lhe uma idéia de conjunto (daí o rótulo já esboçado anteriormente: sincrética e eclética)? Seria a concepção global o somatório das sínteses caracterizadoras das diversidades espaciais?

Pode-se estar enganado, mas a Geografia assim entendida, tem um sabor de Geografia oficial, desenvolvida como Geografia utilitária, Geografia do "aménagement" territorial, que só pode ser pensada enquanto mais uma disciplina técnica que se integra às equipes interdisciplinares nos grupos de planejamento. Uma Geografia bem entrosada na técnico-burocracia de nossos dias.

Se o leitor tiver a oportunidade de ir às fontes, perceberá que Pierre George, ao tratar sobre "a competência e responsabilidade na análise e na crítica" (1968) por parte da Geografia, a coloca ao nível de mais uma especialização que se compara aos quadros de pesquisadores e práticos que recorrem a métodos estritamente especializados e ignoram geralmente o contexto, inclusive o contexto geográfico. Mais uma vez questiona-se: O que é a síntese, neste contexto, que nossas limitações não nos permite alcançar? É bom que se destaque, que esta passagem não refere-se à totalidade da obra de Pierre George, que em seu conjunto pode-se afirmar que é das poucas em Geografia que busca dar conta da realidade social. Ou pelo menos, leva o leitor a ter sua atenção voltada para este caminho.

As colocações até então esboçadas, não são colocações pessoais de quem está angustiado por encontrar um melhor destino para a Geografia. São colocações encontradas com mais clareza em geógrafos renomados como Lacoste, Milton Santos e outros.

Para sair deste impasse há que se superar uma questão fundamental: a questão do método. Pois sendo esta desvendada, o caminho tornar-se-á mais claro. Problemas como os de que a Geografia "(...) tem por função eliminar a análise das relações de classes, que são as causas fundamentais das desigualdades" (Lacoste, 1974), ou ainda aquele de que a Geografia analisa admitindo uma "sociedade sem classes no período mais agudo da crise geral do capitalismo" (Sodré, 1976), não comportariam.

Questões desta ordem têm colocado a Geografia em descrédito, e, um efeito bem claro desse descrédito, pode ser verificado em posições como aquelas que a rejeitam porque nela tudo deve ser decorado; ou naquelas que permitiram sua retirada como disciplina das escolas de primeiro grau, entre outras.

Verdadeiramente, não se pode permanecer pensando uma Geografia desadequada ao momento em que vivemos. Não se pode continuar com uma Geografia do tipo "catálogo telefônico" que já foi superada pelos *mass-media* (cinema, televisão, guias turísticos etc.).

É o momento de se pensar uma Geografia científica que dê condições de atender às exigências da sociedade moderna, sem demagogias, livre das ideologias que alienam à Geografia e ao geógrafo.

BIBLIOGRAFIA

- GEORGE, Pierre, *Sociologie et géographie*. PUF, Paris 1968.
 LACOSTE, Yves, *A Geografia*, in *História da Filosofia*, Zahar, Rio 1974; *A Geografia serve antes de mais nada para fazer a Guerra*. Iniciativas Editoriais, Lisboa 1977.
 LIPIETZ, Alain, *O capital e seu espaço* (tradução mimeografada).
 LUXEMBURGO, Rosa, *A Acumulação do Capital*, Zahar, Rio 1970.
 MARX, Karl, *El Capital*. Fondo de Cultura, México 1975.
 SANTOS, Milton, *Por Uma Geografia Nova*. Ilucitec, São Paulo 1973.

MILTON SANTOS

REFORMULANDO A SOCIEDADE E O ESPAÇO *

UMA mudança radical na organização atual do espaço só é possível em duas hipóteses:

- 1) com a modificação da natureza das relações do Estado com o sistema internacional;
- 2) com a mudança do próprio sistema internacional.

1. UTOPIA OU POSSIBILIDADE REAL?

Cabe, então, perguntar, em primeiro lugar: Estará o sistema internacional em via de mudança? Estaremos em via de deixar o período tecnológico para entrar em um outro período

histórico? Tudo parece indicar que sim, mesmo não se estando seguro de que a crise atual será imediatamente fatal ao sistema capitalista em sua forma atual. De toda maneira, porém, o problema pode ser colocado, porque a uma mudança de sistema internacional corresponderá uma mudança de importância das variáveis-chave, assim como do tipo de relações entre espaços nacionais e no interior de cada espaço nacional.

Haveria possibilidades de mudança do sistema das quais duas são extremas:

- 1) a exacerbação das necessidades de expansão para a periferia, como consequência da redução das relações intercapitalistas;
- 2) uma redução global das relações intercapitalistas com atenuação do domínio sobre os países subdesenvolvidos. Mas a primeira hipótese seria apenas a primeira fase de um processo que levaria à segunda.

Seja como for, o sistema internacional será remanejado e a natureza

* Agradeço à Professora Odília Carrion, professora do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade do Rio Grande do Sul pela gentileza das críticas que escreveu a propósito de uma primeira versão deste documento e que procurei levar em conta. Foram-me, também, muito valiosas para esta segunda versão (ainda longe de ser definitiva) as discussões que se fixaram entre especialistas da Secretaria de Planejamento do Estado de São Paulo e cujos resultados me foram comunicados pelo geógrafo José Antônio Ronchemel.

dos Estados transformada. A estrutura global da produção será mudada, assim como a organização do espaço. Os resultados dependerão da extensão e da direção das mudanças advindas ao sistema internacional e ao Estado.

Se as formações sociais da periferia não estivessem constrangidas pelo poder do sistema internacional, o social poderia estar em primeiro plano em relação ao econômico. Após um lapso mais ou menos longo para cada caso, chegar-se-ia a um Período Demográfico ou Popular, em que o consumo de massa do tipo popular teria um papel importante em uma nova estrutura econômica. A produção não mais seria autônoma, como agora, e tornar-se-ia subordinada ao consumo, as necessidades de trocas internacionais seriam diminuídas e subordinadas. O aparelho produtivo adaptar-se-ia aos recursos nacionais, inclusive à população. As necessidades seriam definidas em função de dados locais e não mais em função de modelos exteriores. O papel dos monopólios seria eliminado, reduzido ou controlado. O Estado tornar-se-ia, assim, socialmente mais rico e mais capaz de distribuir serviços em todo o território. As diferenças de nível tecnológico e de organização seriam aplainadas ou politicamente neutralizadas, a desigualdade regional não seria mercantil. Uma vez que a concentração não seria essencial, as migrações rurais, em vez de se concentrarem, polarizando-se, seriam distribuídas num sistema de cidades menos hierarquizado. O emprego aumentaria e as pessoas seriam menos pobres.

Tal esquema pode deixar supor uma evolução de conjunto do sistema capitalista em sua fase atual para um outro sistema universal que lhe seria o oposto. Evitemos, logo de início, qualquer equívoco. Ainda que o mecanismo assim sugerido tenha todas as chances de ser eficaz, é muito mais possível que certos países reúnam

maiores possibilidades de mudança que outros e a estes se antecipem na efetivação das mudanças.

Em situações especiais, a necessidade de mudar poderá ser reconhecida pelos próprios detentores do aparelho de Estado. O mais provável, porém, é que o seja pelas próprias massas populares, cansadas, como estão, de uma vã espera por mais bem-estar. Isso se daria através de um movimento desencadeado pela desesperança, mas que contaria com um mínimo de organização.

2. MUDAR OS MODELOS DE CRESCIMENTO

Pobreza e riqueza são realidades antagônicas, embora complementares, pois uma não pode existir sem a outra. O problema de eliminar a pobreza, isto é, de suprimir as diferenças de renda criadas por um processo produtivo gerador de desigualdades, supõe uma mudança no próprio processo produtivo, o que vale dizer, das relações do homem com a natureza e dos homens entre si.

É inútil imaginar que a pobreza poderá ser eliminada sem a modificação da atual estrutura da produção, dos investimentos e do consumo.

Quando Ragnar Nurkse (*Problèmes de la Formation de Capital dans les pays Sous-Developpés*) diz que "... um mercado não pode verdadeiramente crescer se não existe um aumento generalizado da produtividade", não devemos interpretar esta afirmação ao pé da letra. O aumento da produtividade recomendado pelo economista norueguês é o da produtividade capitalista, orientado para uma aplicação mais ou menos sincronizada do capital a indústrias diferentes. Não se trata de um aumento de produtividade generalizado, mas sim seletivo. Essa tendência se agrava quando a repartição da renda, consequência da estrutura da produção e da estru-

tura do consumo, impede o desenvolvimento e a expansão do mercado interno.'

Pode-se mesmo afirmar, como Johannes Messner (*L'entreprise et l'économie du XX siècle*, p. 246), que se trataria de uma "ótica econômica estreita", sacrificando o futuro em favor do presente, porque o crescimento não é desejável. O crescimento deve ser subordinado aos dados sociais. Ora, como enfatizou Ul Haq (1973, p. 4), não se trata de "quando" e com que "rapidez" a distribuição é feita mas sobretudo do "que" e de "como" se distribui. Para isto impõe-se uma reorganização radical dos objetivos da produção e do consumo, paralelamente.

Uma política do consumo isolada da política da produção pode levar à penúria e à necessidade de recorrer ao estrangeiro para o abastecimento de bens de consumo essenciais, inclusive alimentos. Uma política da produção que não leva em conta as reais potencialidades do consumo pode provocar desvirtuamento e levar ao desperdício de recursos materiais e humanos.

Para eliminar o atraso e sair do subdesenvolvimento, uma política econômica bem pensada deve evitar a introdução de simples paliativos que dentro de algum tempo só irão piorar a situação. Desse modo, o que logo de início se impõe, como assinala J. L. Ceceña (1970, p. 169), é a mudança das relações de produção.

Isto é indispensável em uma ótica que considere o mercado interior como prioritário. A produção, viabilizada pelas reais necessidades da maioria da população, deve com esta ser solidária. Não mais se tratará de uma produção "autônoma", como até agora, mas estreitamente ligada ao consumo da sociedade como um todo. Vencido um período, as metas serão redefinidas para a etapa seguinte, em função das necessidades mínimas a serem satisfeitas, segundo a recomendação de Ul Haq (1973, p. 6).

3. DOS FLUXOS AOS ESTOQUES

Será igualmente preciso abandonar a noção de uma economia baseada nos fluxos e adotar um outro ponto de partida, fundamentado nos estoques. Alcançar esse objetivo levaria a contrariar as tendências atuais da economia mundial no que ela tem de essencial, e a reduzir o ciclo do capital-mercadoria cuja carga é suportada pela população. Na nova situação, os bens seriam menos rapidamente destruídos e maior número de pessoas teria acesso a um consumo regular de bens essenciais.' É esta a opinião de K. Boulding (1971, p. 359).

Se esta tendência se generaliza ou se adquire importância em tal ou tal país, consequências precisas advirão do ponto de vista da produção. A recusa do "novo" mercantil, ou o fato de conservar um bem, mais e melhor, poderia abolir a necessidade de, a cada dia, adaptar o aparelho de produção às inovações tecnológicas ou simplesmente mercadológicas.

Para os países subdesenvolvidos as consequências seriam importantes. Os mesmos bens de capital seriam utilizados por mais tempo na produção de objetos úteis a todos e seu acesso seria, então, permitido a camadas muito maiores da população. Mas, também, uma situação que favoreça a utilização mais prolongada dos bens, certamente incidiria sobre os gostos e o consumo.

Da forma como Boulding sugere, a atividade produtiva deveria ser regulada em função da formação de um estoque de produtos de utilização generalizada, a serviço de toda a população e não de parcelas privilegiadas. Desse modo, seria, também, possível reduzir as quantidades produzidas. Trata-se justamente de fazer o oposto do que se dá atualmente, quando se maximizam os fluxos através da minimização artificial da duração. A nova fórmula favoreceria o grosso da população; com a situação atual apenas as classes e as firmas privi-

legiadas são beneficiadas. Apenas os produtos cuja utilização envolve sua destruição, como o petróleo ou os alimentos, poderiam, em certos casos, se relacionar a fluxos mais rápidos (Wilkinson, 1973, p. 195)', mas, sobretudo, acrescentamos, no domínio da circulação.

Não basta, porém, desejar a mudança da estrutura da produção e do consumo sem substituir a economia de fluxos atualmente reinante, por uma economia de estoques. Só então seria reduzida entre as cidades as distâncias tecnológicas e entre tipos de capital investido. As cidades intermediárias e mesmo as locais poderiam ter sua produção expandida assim como as relações entre cidades e regiões se desenvolveriam. Haveria um crescimento do consumo global, acompanhado de uma baixa dos preços. A poupança tornada, assim, possível serviria a reestimular a produção em novas bases, e, como corolário, alcançar-se-ia um novo alívio dos problemas sociais.

O problema da acumulação se colocaria, pois, segundo modalidades inteiramente diferentes. Esse problema da acumulação, aliás, aparece como um fantasma para os planejadores prisioneiros de uma teorização fundamentada nos postulados da economia neoclássica, uma teorização "a priori". Eles não sabem ou não desejam entender que não é apenas através de soluções capitalistas que se consegue acumular. A acumulação capitalista é ao mesmo tempo um meio e um fim, seu objetivo essencial sendo o de criar uma acumulação ainda maior sem permitir a redistribuição do excedente. Pelo fato mesmo de uma tendência exponencial à concentração, o crescimento econômico capitalista não é igualitário. M. Dobb (1965) está correto quando afirma: "O sucesso do esforço para acelerar o crescimento econômico pode depender muito mais da maneira como se emprega o excedente investível que de sua importância inicial".

Por isso não se pode imaginar uma política válida contra a pobreza, sem ter como primeiro passo uma política comum do consumo e da produção. Isto é imprescindível, tanto para criar empregos em número suficiente, quanto para eliminar as diferenças de renda e atribuir condições de vida decente à totalidade das pessoas. Tal política foi resumida por Pedro Vuskovic (1970) como "um esforço destinado a provocar modificações importantes na concentração da propriedade e na distribuição das rendas, de forma a reorientar a atividade produtiva para as necessidades de base da população. Isto seria obtido pela não colocação de novos recursos ao serviço da produção de bens supérfluos e, sempre que possível, pela reconversão para outros fins, da capacidade já instalada, de modo a aumentar a produtividade dos setores mais abandonados do sistema, através da alocação de recursos para a atenuação das disparidades setoriais e regionais de modernização e de eficácia".

É a partir dessa abordagem que se poderá encontrar um outro tratamento para o problema da planificação do espaço dito regional, com vistas à atenuação das desigualdades sócio-econômicas, até a sua supressão. Não mais se trataria, como na economia regional clássica, de provocar o crescimento do que habitualmente se chama de "produto regional", porque não existe relação causal entre este e a redistribuição da renda.

Assim atingiríamos, em primeiro lugar, uma política comum do consumo e da produção, como suporte de uma política do emprego. A sociedade a ser construída deve ser aquela em que todos os cidadãos participem da tarefa da produção coletiva, mas também de seus resultados.

Em segundo lugar, como o emprego, assim como o investimento material e humano são condições inseparáveis, isto equivale a dizer que a política

do emprego, a política do consumo, a política da produção são todas fins e, ao mesmo tempo, meios de uma política espacial igualitária.'

4. ESPAÇO E TRANSIÇÃO

As condições atuais do crescimento capitalista criaram uma forma particular de organização do espaço, indispensável à reprodução das relações econômicas, sociais e políticas. A forma como atualmente se distribuem as infra-estruturas, os instrumentos de produção, os homens — enfim, as forças produtivas — possui até um certo ponto um caráter de permanência, isto é, de reprodução ampliada, amparadas, exatamente, pela longevidade de um grande número de investimentos fixos. Tudo, pois, conspira para que a organização do espaço se perpetue com as mesmas características, favorecendo o crescimento capitalista e as suas distorções.

Até agora o espaço foi utilizado, em quase toda parte, como veículo do capital e instrumento da desigualdade social, mas uma função diametralmente oposta poderá ser-lhe encontrada. Acreditamos, aliás, ser impossível chegar a uma sociedade mais igualitária sem reformular a organização do seu espaço. É o que Sérgio Boisier (1972, p. 35-36) corretamente chamou de "dimensão espacial do problema distributivo", exigindo que se abandone a ótica da produtividade econométrica para levar em conta uma produtividade social do espaço. A mudança da estrutura espacial apresenta-se, pois, como um imperativo.

O objetivo a perseguir poderá ser resumido em duas grandes linhas de ação. Em primeiro lugar, será preciso dar a todos os homens o direito a um emprego e uma acessibilidade igual a todos os bens e serviços considerados como essenciais.

Em segundo lugar, ao lado de uma política de consumo e de uma po-

lítica de produção coordenadas, de uma política de preços audaciosa e de uma política de criações novas não subordinada a qualquer preocupação de contabilidade capitalista, precisa-se, igualmente, de uma política de ordenamento do espaço. Sua preocupação essencial deverá ser a eliminação das injunções que se criaram através de uma organização capitalista do espaço regional e urbano e que contribui para agravar ou perpetuar a separação dos homens em classes sociais.

5. ESPONTANEIDADE OU PLANIFICAÇÃO?

Todavia, dentre os que teorizam sobre a mudança da ordem social, muitos não admitem a necessidade de dar ao espaço um lugar filosófico e político privilegiado na ótica da transição. Trata-se, principalmente, daqueles que prezam a hipótese de um espaço "reflexo", ou mesmo, de um simples "suporte" da vida social.

Entretanto, mesmo entre os que recusam a teoria do "reflexo", muitos não valorizam o interesse de um estudo autônomo — autônomo, mas não separado — independente, do espaço, como uma categoria analítica particular da sociedade. Outros, conscientes do problema, parecem não ter ainda uma posição firme a este respeito (M. Castells, 1973), ou se lhe acentuam a importância, é, também, para invocar a complicação da tarefa (D. Harvey, 1973). Dentre os mais conhecidos, apenas Lefébvre (1975) propôs claramente a constituição de uma ciência particular do espaço, que dentre outras coisas, seria uma disciplina particularmente voltada para a hipótese da transição.

Podemos verdadeiramente imaginar uma mudança de sistema político-econômico ao qual o espaço responderia imediatamente através de uma mudança paralela e dentro da mesma direção?

42 Muitos dos que se inclinam para o papel do espaço nas transformações sociais imaginam que um automatismo é possível.

O fato, porém, é que cada estrutura do todo reproduz o todo. Assim, em uma fase de transição, as estruturas vindas do passado, ainda que parcialmente renovadas, tenderão a continuar a reproduzir o todo tal como era na fase precedente, ainda que parcialmente renovadas. Todavia, se cada estrutura conhece seu próprio ritmo de mudança, a estrutura do espaço é a instância social de mais lenta metamorfose e adaptação. Por isso, ela poderá continuar, por muito tempo, a reproduzir o todo anterior, a situação que se deseja eliminar.

D. Hojman (1974, p. 150) escrevendo sobre a experiência chilena dizia que "as projeções do modelo econômico da Unidade Popular para seu mandato de seis anos mostrariam que não haveria mudança na situação de concentração e metropolização então existente". Seria permitido apenas esperar, acrescentava ele "uma ligeira diminuição do ritmo do processo de concentração, devido fundamentalmente ao impacto das atividades agroindustriais". Teoricamente, numa teoria de transição desprovida da ótica espacial, as novas estruturas políticas e econômicas implantadas acabariam por levar a organização espacial a adaptar-se a seus fins. Mas, quando? Pergunta crucial, pois esta é a questão principal para o político — a questão do tempo de espera — se ele não deseja perder, às vezes irreversivelmente, as oportunidades políticas.

Devemos sempre nos lembrar de que, em um período de transição, as antigas classes dominantes não estão ainda completamente desprovidas de sua força e a luta entre o novo e o antigo é uma luta de morte. Um país pode orientar-se para o socialismo, haver mudado já suas estruturas políticas e iniciado mudanças sociais, enquanto que a organização do es-

paço permanece capitalista. Este é, particularmente, o caso de Angola, de Moçambique e da Etiópia, sem falar no drama do Cambodja.

Deixar a mudança seguir o livre jogo da espontaneidade seria deixar funcionar um velho aparelho técnico concebido para produzir outros resultados econômicos, sociais e políticos, com o grande risco de o deixar reproduzir tais resultados, justamente numa fase em que os objetivos procurados são exatamente os opostos. O Estado poderia remediar certos inconvenientes desta situação através de uma subvenção aos custos das firmas marginais assim como aos preços pagos pela coletividade, mas com sobrecargas, como a de uma burocracia volumosa. É evidente que tanto por motivos financeiros como políticos, essa prática não pode ser permanente. Além do mais, o resultado não é automaticamente assegurado, tendo em vista o poder de atração exercido sobre os recursos novos pela constelação de recursos já presentes. Em um período de transição, não se pode esperar o desaparecimento de todos os comportamentos econômicos herdados do passado recente. A velha estrutura da economia pode ainda exercer um papel decisivo, sobretudo nos casos em que o novo aparelho do Estado ainda não tem um controle completo sobre um grande número de agentes. Nesse domínio, o mais prudente é não encarar a evolução com otimismo e não acreditar que a longo prazo "na medida em que a chegada do socialismo se demonstre inevitável pelas transformações revolucionárias das relações de produção e das forças produtivas, existirá no próprio seio das sociedades de transição uma tendência para uma organização socialista do espaço" (...) "própria da sociedade socialista avançada" (D. Hojman, 1974, p. 16-17). Devemos nos desembaraçar dessa fé tranqüila no papel da contradição entre forças produtivas e relações de

LINGUAGEM, SEMIOLOGIA
E O PROBLEMA
DA TRADUÇÃO NOS
RECENTES
LANÇAMENTOS DA
CULTRIX

UMA TEORIA LINGÜÍSTICA
DA TRADUÇÃO

J. C. Catford

Partindo do pressuposto de que qualquer processo relacionado com a linguagem humana pode ser mais bem entendido quando visto à luz das recentes investigações acerca da natureza da linguagem, o Prof. J. C. Catford esboça neste livro um quadro de referência de lingüística descritiva para aplicá-lo à análise da tradução — assunto muito mais complexo do que comumente se pensa, carecente, portanto, das novas e pertinentes maneiras de abordá-lo indicadas no volume.

INFORMAÇÃO LINGUAGEM
COMUNICAÇÃO

Décio Pignatari

Verdadeira "cartilha brasileira de teoria da comunicação" e aparecendo agora numa nova edição revista, INFORMAÇÃO LINGUAGEM COMUNICAÇÃO é a destilação didática de uma profunda intimidade com os problemas da semiótica, da teoria da informação, da estética e da cultura de massas, vistos à luz da experiência pessoal de um poeta e teórico de vanguarda doublé do professor universitário (USP e PUC de São Paulo).

AULA

Roland Barthes

Numa linguagem de velada ironia, Roland Barthes, na sua aula inaugural da Cadeira de Semiologia Literária no Colégio de França, em 1977, após ter dito que "a língua implica numa relação fatal de alienação", não hesitou em chamá-la de fascista, já que "fascismo não é impedir de dizer, é obrigar a dizer". Para Barthes, só a literatura pode fazer "ouvir a língua fora do poder", por ser ela o lugar de eleição "das forças de liberdade".

**EDITORA
CULTRIX**

RUA DR. MÁRIO VICENTE, 374 (IPIRANGA)
04270 SÃO PAULO
FONES: 274-1733 / 272-3315 / 272-1437



**ESTADO,
ESTRUTURA
AGRÁRIA
E POPULAÇÃO**

UM ENSAIO SOBRE
ESTAGNAÇÃO
E INCORPORAÇÃO REGIONAL

de

GERALDO MÜLLER

....

os processos de subordinação e de desaparecimento de uma antiga região paulista no espaço nacional, e a negação do caráter rural do campo e a transformação do rural em urbano.

o autor estuda as formas de organização da produção rural, o papel do poder público e a importância da dinâmica populacional, tanto na antiga como na nova questão regional.

os seis capítulos do livro destacam: a estagnação mercantil e o crescimento demográfico; as vicissitudes da colonização nipônica; a especulação fundiária; os movimentos migratórios etc.

....

UM VOLUME DOS

CADERNOS
CEBRAP

produção, desde que ultrapassado um certo nível do seu desenvolvimento. Seria, igualmente, temerário pensar como Martha Harnecker (1973, p. 158) para quem "as relações de produção mudam e, cedo ou tarde, as outras relações mudam também". Pode ser demasiado tarde para verificar que isto nem sempre é verdade. A reconstrução socialista não vinga no espontaneísmo, mas exige uma planificação continuada e competente.

6. A CAMINHO DE UMA NOVA PLANIFICAÇÃO DO ESPAÇO

Fundamentados na teoria do espaço regional que serve de base à planificação atual, alguns autores encaram a redução das diferenças de renda entre a cidade e o campo como a chave do problema do subemprego, e uma possibilidade de reordenar o espaço de um país. É o caso de P. Kilby (1968, p. 271), para quem isto poderia ser obtido através de uma ação sobre os salários urbanos e ao mesmo tempo sobre as rendas agrícolas, assim como pela redistribuição dos benefícios do seguro social e do consumo de bens públicos, que atinja o mundo rural.

Apresentado desta maneira, o problema jamais poderia encontrar uma solução válida. As causas que provocam o subemprego nas condições atuais são as mesmas que ocasionam as diferenças de bem-estar entre cidade e campo. O problema é estrutural. Aumentar a renda dos camponeses pode lhes permitir maior consumo, mas isso não significa que será mudada sua situação de pobreza. A difusão dos serviços públicos no campo pressupõe uma diferente redistribuição de recursos entre o Estado e as grandes firmas, também impossível sem uma mudança estrutural significativa.

Se, ao contrário, as estruturas atualmente existentes fossem abaladas, as

conseqüências seriam revolucionárias do ponto de vista da organização da produção, da distribuição da riqueza e da própria organização do espaço.

Para começar, com a redução da dependência face ao estrangeiro poder-se-ia conceber uma promoção de técnicas locais que significaria a liberação da necessidade de grandes capitais, logo, da dependência. A importância das "novas" indústrias de exportação tenderia a diminuir e o esforço industrial seria mais orientado para as necessidades endógenas.

O Estado tornar-se-ia mais próximo da Nação, uma vez que as retiradas dos monopólios sob o disfarce de fundos de reserva e outros não mais seriam necessárias, as remessas a título de importação cessariam e o produto nacional tornar-se-ia mais rico. As infra-estruturas seriam utilizadas segundo um critério social. A população teria seu poder de compra aumentado, os preços não mais sendo função de manipulação dos monopólios. A eliminação do regime de monopólio permitiria a criação, nas cidades regionais, de atividades industriais, coisa hoje impossível. Estas cidades médias e pequenas assim reforçadas seriam capazes de bem absorver os excedentes rurais e a macrocefalia (tanto demográfica como econômica) atual tenderia a reduzir-se porque o movimento das migrações rurais seria, então, multipolarizado.

Não se trataria de uma redução da taxa de urbanização e sim de uma distribuição diferente, com um número maior de cidades importantes. Não haveria lugar para disparidades regionais com efeitos circulares negativos. Assim, outras cidades, além da metrópole econômica, abrigariam implantações industriais e de serviços mais complexas e mais diferenciadas.

As relações cidade-campo também seriam de outra natureza, o fenômeno de curto-circuitagem pelo campo da aglomeração vizinha tornar-se-ia menos freqüente, raro mesmo. O campo

seria mais apto a comercializar com "sua" cidade, seja para fornecer-lhe alimentos, matérias-primas, mão-de-obra, capitais, seja para dela receber capitais, bens e serviços, informação geral e especializada. Os custos diminuiriam, os preços também, o novo papel do cidadão restauraria o homem em sua dignidade e eficiência política.

Uma economia mais voltada para dentro liberaria cada homem e o país inteiro das múltiplas formas de dependência: econômica, técnica, cultural. Isto permitiria uma política autêntica de pólos de desenvolvimento econômico e social.

Trata-se aqui de encontrar uma divisão interna do trabalho que não seja espoliativa, quer dizer, em que as desigualdades regionais, e qualquer outra desigualdade econômica, social, cívica, não sejam um resultado das condições do aparelho técnico-produtivo.

Esta divisão *democrática* do trabalho em um plano interior só pode ser atingida se é assegurada em correlação com a natureza do Estado, o que inclui a natureza das relações do Estado com o sistema internacional. Não se pode pensar em uma divisão interna do trabalho que não seja espoliativa, sem encontrarmos os meios de anular os efeitos deformadores da atual divisão internacional do trabalho.

O Estado pode suprimir intermediários usurários ou criar novos; pode eliminar ou enfraquecer as firmas multinacionais; pode criar regiões ou programas de regionalização destinados a, mais cedo ou mais tarde, reforçar o centro. Com efeito, ele pode agir sobre um aspecto particular da estrutura e deixar os outros intocados como, por exemplo, a retenção dos excedentes. Entretanto, não é suficiente que o Estado retenha em suas mãos a mais-valia.

Uma política mais igualitária, que deseje impor-se nos fatos, não pode

contentar-se exclusivamente com mudar a direção dos fluxos de mais-valia, assegurando sua coleta pelo Estado, encarregado agora de sua redistribuição. Além do mais, nenhuma política econômica, inclusive a nova repartição dos excedentes, obterá sucesso sem o estabelecimento paralelo de uma política espacial. As duas políticas são indissociáveis.

Mas, política de redistribuição econômica e social da mais-valia e política de planificação espacial são corolários e não causa de uma modificação das estruturas econômicas, sociais e políticas fundamentais.

7. UM NOVO PAPEL PARA AS FORMAS ESPACIAIS

Nosso problema teórico e prático é o de reconstruir o espaço para que não seja o veículo de desigualdades sociais e ao mesmo tempo, reconstruir a sociedade para que não crie ou preserve desigualdades sociais. Em outras palavras, trata-se de reestruturar a sociedade e de dar uma outra função aos objetos geográficos concebidos com um fim capitalista, ao tempo em que os novos objetos espaciais já devem nascer com uma finalidade social.

Para superar a aparente inevitabilidade de "contrafinalidade" própria à matéria inerte, será preciso criar novos mecanismos que revertam as tendências herdadas do modo de produção precedente e inventar outros objetos geográficos dotados de finalidade em consonância com o novo modo e destinados sobretudo a ajudar a liberação do homem e não a sua dominação.

Em uma primeira fase, a da transição, as formas poderão continuar quase as mesmas, enquanto o conteúdo e os fluxos mudarão de natureza. Mas em um momento posterior a alteração de conteúdo será acompanhada ou precedida pela mudança das formas.

Certas formas espaciais vindas do passado poderão ser reabilitadas pela simples atribuição de novas finalidades. Cabe, porém, acreditar que com a transformação da sociedade, poderão recuperar as formas herdadas do modo de produção precedente e lhes atribuir finalidade e significação diferentes?

Para muitos objetos, não será simplesmente uma questão de forma externa, mas de estrutura interna, quer dizer, do componente técnico. Seria, então, necessário mudar a finalidade do objeto ou substituí-lo por um outro. Aqui também cabe perguntar se poderemos destinar alguns desses objetos a uma inatividade funcional, através da supressão do seu uso. Aliás, cabe um raciocínio semelhante a qualquer projeto de eliminar certas formas consideradas como nocivas do ponto de vista da nova sociedade.

Como, porém, a economia, tomada em conjunto, responderá? As distorções decorrentes serão um obstáculo ao prosseguimento do programa de reconstrução?

Por sua mera presença física, os objetos técnicos têm apenas uma significação paisagística. Mas sua presença indica que eles estão em disponibilidade, em espera. Marx já dizia que "a economia política não é a tecnologia" (*Grundrisse*, Caderno M.).

Se o homem, através de seu trabalho na qualidade de produtor, residente, ocupante, ou ainda participante ocasional de uma atividade permanente, não transmite vida à coisa — essa vida da qual apenas ele é o detentor —, o objeto permanecerá sempre técnico e não econômico. Se as forças naturais só se tornam produtivas através do trabalho humano, o mesmo ocorre com as forças materiais sociais, criadas pelo homem através do processo de produção, presente ou passada. Pecquer falava "da virtude mágica da fecundidade comunicada ao elemento sem vida da ma-

téria, através do trabalho, quer dizer, através do homem".

Duas providências impõem-se paralelamente para avaliar o impacto das formas, tal como hoje se apresentam, na perspectiva de mudança. Para alguns, a irrealidade de seu aspecto em relação a seu verdadeiro conteúdo deverá ser desmascarada e a verdadeira significação do objeto procurada. Isto é indispensável, se se deseja atribuir a estas formas um papel mais eficaz no interior da nova situação.

O problema que nos preocupa é tanto válido para as formas geográficas tomadas isoladamente, quanto para a organização do espaço total. O problema aqui aparece em um nível diferente. A questão essencial a responder é a seguinte: como modificar o valor atualmente atribuído aos lugares?

Cada lugar é uma combinação particular de modos de produção particulares. Como agir no plano local sobre estes "modos de produção" concretos, localmente significativos? A questão oferece uma extensa variedade de soluções e respostas, função de sua especificidade tanto social quanto do ponto de vista das próprias formas. Um fato, porém, é certo. Nenhuma solução pode ser encontrada localmente, mas no quadro da estrutura sócio-econômica e política total do Estado-Nação, isto é, da formação sócio-econômica integral.

A estrutura técnico-produtiva não é o espaço produtivo. Este é o resultado da utilização efetiva da estrutura técnico-produtiva para responder aos objetivos das classes dominantes, dentro de uma formação sócio-econômica.

Na hipótese de uma descentralização da população, por exemplo, as construções destinadas a ser abandonadas, poderão ser utilizadas como o lugar de atividades sociais de todo tipo, inexistentes antes. Outras permitirão às famílias numerosas se instalarem

mais confortavelmente e mais à vontade. Quanto às indústrias, o problema, em muitos casos, será o de encontrar uma nova combinação de fatores, de conformidade com a programação geral adotada.

Como acentuaram H. Hojman (1974, p. 49) e J. Escudero (1976): "A mesma solução técnica para um dado problema pode levar a resultados completamente diferentes segundo a composição do bloco de classes dominantes". O conceito de eficiência, adotado como dado central da contabilidade capitalista diz respeito exclusivamente à produção, tomando-a como se fosse verdadeiramente um fator autônomo e esquece completamente as outras frações do processo produtivo, notadamente o consumo."

A produtividade capitalista é a medida atual de um crescimento não igualitário, cujo resultado final é a criação ou o desenvolvimento de estruturas monopolísticas. O monopólio é malthusiano. Ele não utiliza todos os recursos à sua disposição e não permite que outros os utilizem. Desde que somente algumas firmas se podem beneficiar, na totalidade ou em grande parte, da estrutura técnico-produtiva característica de um espaço, ocorre a diminuição da rentabilidade social e o aumento dos custos.

Quando se decide fazer baixar a produtividade (como definida capitalisticamente) de um setor econômico, como Cuba o fez em relação a certas indústrias, também se está no caminho para modificar o conteúdo do objeto técnico e demonstrar, ao mesmo tempo, a distinção entre o técnico e o econômico. Novas relações entre as forças produtivas são introduzidas e com um mesmo golpe se retira da máquina a finalidade social que detinha no período capitalista precedente. Sob um sistema econômico e social não se trabalha com as leis de um outro sistema. E, sendo diferente a definição de crescimento,

a contabilidade econômica também não é mais a mesma. A distribuição espacial das relações de produção também muda e as chamadas leis de localização capitalista não são mais aplicáveis.

Da mesma maneira que a técnica não é a economia, a estrutura técnico-produtiva não é o espaço produtivo. A nova organização é dada pela distribuição dos instrumentos de trabalho *plus* a nova distribuição do próprio trabalho, qualitativa e quantitativamente. Não basta, apenas, redistribuir investimentos. A significação destas é tirada do próprio movimento da estrutura social e econômica.

8. UM ESPAÇO PARA O HOMEM

Em nossos dias o espaço é apropriado, ou ao menos, comandado, segundo leis mundiais. Desde que se possa encontrar leis de funcionamento à escala das sociedades interessadas, as formas de evolução serão completamente diferentes assim como diversas as possibilidades de planificação.

Quando se fala de difusão espacial da economia e de seus resultados, muitos imaginam que se trata exclusivamente de desconcentrar os investimentos. O problema essencial é revalorizar os investimentos em função de uma nova estrutura política. Em cada período, o Estado realiza um objetivo e possui uma função própria. Se a população — ou seja, o homem renovado — é chamada a desempenhar um papel fundamental na reorganização da sociedade e da economia, os recursos humanos recuperam seu papel central.

Apenas, como disseram Baran e Sweezy (1968, p. 301), "toda tentativa de atingir uma sociedade melhor, mais humana, mais racional, é julgada anticientífica, utópica e subversiva; e assim a ordem social existente na sociedade aparece como sendo não apenas a única possível, como também a única concebível".

É preciso abandonar todo fanatismo teórico e não imaginar, por exemplo, que as leis de localização e regionalização serão, sempre, as mesmas, quando mudem as situações de base. O caso de Cuba parece servir de exemplo. Quando se decidiu eliminar a baixa produtividade dos serviços, trocando-a deliberadamente por uma baixa produtividade no setor secundário, realizava-se, na verdade, uma revolução social, econômica e espacial. E, ao mesmo tempo, uma revolução teórica.

NOTAS

1. (...) É da natureza do sistema de produção capitalista que se produza sem levar em conta os limites do mercado (...). "(...) Marx, *Theories on Surplus Value*, Tom. II, ch. XVII, 12, XIII-716, p. 522. "O mercado expande-se mais lentamente que a produção" (idem, ibidem, p. 534). "Ao fim do ciclo... o mercado se torna mais estreito que a produção" (idem, ibidem, p. 534).
2. A preponderância de uma burguesia exportadora no interior da economia nacional é relacionada à falta de um mercado interno. Isto torna difícil a existência de indústrias viáveis produzindo para o consumo nacional. É preciso notar que a criação de um mercado interno implica em profundas mudanças da estrutura social. Sem estas modificações, nada é possível (Rodrigo Parra Sandoval, *The occupational mobility of the middle strata*, in *Hovens and Filin*, 1970, p. 221).
3. Kenneth E. Boulding, *Environment and Economics*, in William W. Murdoch, *Environment*, Stanford, Conn., 1971, p. 359.
4. "... uma grande parcela da produção atual é, essencialmente, um fluxo necessário para manter o estoque de bens em vias de serem usados" (Boulding, 1971).
5. O espaço é pois o lugar das relações de produção, no entanto ele não é apenas um efeito destas relações. (...) Ele contribui para produzir, reproduzir, transformar os modos de produção. Ele é pois uma dimensão ativa do devenir das sociedades (Paul Vielle, 1974, p. 30).
6. "O conceito de eficiência é um conceito tecnológico que se relaciona apenas com a produção e

deixa de lado o que diz respeito à satisfação dos consumidores" (M. Godelier, 1969, p. 60).

BIBLIOGRAFIA

- BARAN, Paul A. and SWEEZY, Paul M., *Monopoly Capital*. Monthly Review Press, New York 1966.
- BOISIER, Sergio, *Industrialización, Urbanización, Polarización: hacia un enfoque unificado*, in *Revista Eure*, vol. III, n. 5, julio 1972, p. 35-62.
- BOULDING, K., *Environment and Economics*, in William W. Murdoch, *Environment*, Stanford, Conn., 1971.
- CASTELLS, M., *La Question Urbaine*. Maspero, Paris 1973.
- CECENA, J. L. (Cecena Cervantes), *Problemas de medición del desarrollo económico*, in *Problemas del Desarrollo*, 1970, n. 4.
- DOBB, Maurice, *Croissance Economique et Sous-Développement*. Ed. Maspero, Paris 1965 (édition française de *Economic Growth and Underdeveloped Countries*. Lawrence and Wishart, London 1963).
- ESCUDEIRO, Juan, Alejandro Gómez et alii, *Síntesis del Estudio "Región Central de Chile: Perspectivas de Desarrollo"*, in *Revista Eure*, vol. II, n. 6, nov. 1972, p. 9-30.
- HARVEY, D., *Social Justice and the City*. Arnold Publishers, London 1973.
- HOJMAN, D., *Desarrollo Regional y Planificación Regional*. Universidad Central de Venezuela, Caracas 1973.
- KILBY, Peter, *Industrialization in an open Economy*. Nigeria. Cambridge University Press, 1968.
- LEPEVRE, H., *Le Temps des Méprises*. Stock, Paris 1975.
- MARK, K., *Grandfasse*. Penguin Books, 1974; *Theories on Surplus Value*, 3 vols. Progress Editors, Moscow 1963, 1965 e 1968.
- MESSNER, Johannes, "L'entrepreneur-proprétaire" in P. Bloch-Lainé et P. Perroux, in *L'entrepreneur et l'économie du XXème siècle*. PUF, Paris 1966, p. 241-256.
- NURSKJE, Ragnar, *Problems of Capital Formation in Underdeveloped Countries*. Oxford University, 1969.
- PARRA SANDOVAL, Rodrigo, *The occupational mobility of the middle strata*, in *Hovens and Filin*, 1970, p. 221.
- UL HAQ, *El Empleo en la década de 1970, una nueva perspectiva*. Programa IPL-UNI, Lima, Peru 1973.
- VIELLE, Paul, *L'espace global du capitalisme d'organisation*, in *Espaces et Sociétés*, n. 12, Mai 1974, Paris, p. 3-32.
- VUSKOVIC, *Distribución del ingreso y opciones de desarrollo*, in *Cuadernos de la Realidad Nacional*, n. 5, set. 1970, Universidad Católica de Chile.
- WILKINSON, Richard G., *Pobreza e Progreso, um Modelo Ecológico de Desenvolvimento Econômico*. Zahar, Rio 1974 (*Poverty and Progress, an Ecological Model of Economic Development*, Methuen, London 1973).

TEXTO



BIBLIOGRAFIA

SOBRE A GEOGRAFIA REPENSADA POLITICAMENTE

A bibliografia que se segue, com mais de 70 títulos, preparada pelo ESPAÇO-CEG (Grupo de Estudos Geográficos), do Rio de Janeiro, destina-se a servir de subsídio à formulação de uma Geografia que seja capaz de dar conta das questões postas pela História e pela sociedade àqueles que lutam por dias melhores. Isto é, àqueles que pensam política e produtivamente a realidade brasileira. As sete dezenas de obras aqui listadas, algumas em completa "falta de ortodoxia", reproduzem os novos propósitos e o momento de parto dessa Geografia de tipo novo. Por ordem alfabética, eis os títulos:

1. ACUMULAÇÃO MONOPOLISTA, ESTADO E URBANIZAÇÃO: A NOVA QUALIDADE DO CONFLITO DE CLASSES, de Francisco de Oliveira. Editora Paz e Terra/CEDEC, Rio de Janeiro 1978, p. 65-78. — O agravamento e unificação das contradições sociais decorrentes da homogeneização e hegemonização do espaço nacional brasileiro sob o capital de base urbana.
2. ALGUMAS QUESTOES RELACIONADAS COM O ESTUDO DAS DESIGUALDADES REGIONAIS NA AMERICA LATINA, de J. L. Coraggio. *Boletim Paulista de Geografia*, n. 56, 1979, p. 5/28. — Notas sobre o método relativo à análise da questão das desigualdades regionais e o modo como ela se manifesta no espaço latino-americano.

3. BUSCA DA ONTOLOGIA DO ESPAÇO (EM), de A. Carlos Robert de Oliveira, *Revista Território Livre*, n. 1, UPEGE/CEGE, São Paulo 1979, p. 33/40. — A compreensão do espaço geográfico segundo as categorias do materialismo dialético e histórico, em particular as da ontologia lukacsiana.

4. CAPITAL Y SU ESPACIO (EL), de Alain Lipietz. Siglo Veintiuno, Barcelona 1979. — O espaço como produto dos modos de produção e o espaço organizado pelo capital.

5. CONTRADIÇÕES URBANAS, ESTADO E MOVIMENTOS SOCIAIS, de José Álvaro Moisés. *Revista de Cultura e Política*, n. 1, ano 1, CEDEC, São Paulo 1979, p. 27/34. — Os conflitos de classes urbanas no Brasil, as formas que assumem e as de organização que mobilizam, como as SABs e o Estado.

6. CUESTION URBANA (LA), de Manuel Castells. Siglo Veintiuno, México 1978 (1ª edição de 1974). — Obra já clássica de Castells, que reúne toda sua concepção de uma teoria de espaço urbano, de forte inspiração althusseriana.

7. CUESTION URBANA Y LUCHA DE CLASSES (LA), de V. Bozal et alii. *Revista Zona Abierta*, n. 4, Espanha 1975, p. 27/42. — Proposta de interpretação da questão urbana, entendendo-a como determinada pelas lutas de classes próprias das formações sociais capitalistas, submetidas à hegemonia do capital industrial.

8. CLASSE OPERARIA VAI AO CAMPO (A), de Octavio Ianni. *Cadernos Cebrap*, n. 24, São Paulo 1977, 64 p. — As transformações na estrutura das relações de produção no município de Sertãozinho, São Paulo.

9. CAPITAL E TRABALHO NO CAMPO, de Vários autores (coordenação de Paul Singer). Editora Hucitec, São Paulo 1977, 166 p. — Os processos de fundo que regem a sociedade no campo brasileiro.

10. CAPITALISMO AUTORITARIO E CAMPESINATO, de Otávio Guilherme Velho. Difel, São Paulo 1976, 262 p. — A fronteira